

Comissão deve definir hoje quem vai ouvir José Carlos

O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), presidente da CPI do Orçamento, deve definir hoje a comissão de parlamentares que vai ouvir os novos esclarecimentos do economista José Carlos Alves dos Santos, sobre a manipulação das verbas das subvenções sociais. O único nome definido até agora é o do coordenador da subcomissão, senador Garibaldi Alves (PMDB/RN), que desde quinta-feira analisa o pedido, feito pelo ex-diretor do Departamento de Orçamento da União, de ser ouvido reservadamente na Polícia Federal. A decisão de Garibaldi Alves será entregue hoje para ser submetida à votação do plenário da CPI.

Apesar dos deputados e senadores não esperarem nada de bombástico nas novas declarações de José Carlos, todos entendem que o economista deve ser ouvido novamente. "É um dever da comissão ouvir José Carlos, pelo menos para esclarecermos alguns pontos ainda obscuros", concluiu o senador José Paulo Bisol (PSB/RS). Já para o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), a decisão de colher um novo depoimento do economista é a mais sensata, para que no futuro ninguém acuse a comissão de não querer apurar mais profundamente os fatos. "A questão do funcionamento da comissão de orçamento não é nenhum problema para nós hoje. O nosso problema agora é decifrar os papéis apreendidos da empreiteira Odebrecht".

Para o senador Jarbas Passarinho, não existe risco do economista tentar depor apenas para agravar a situação de um ou outro deputado. "Além das acusações, nós precisamos ter o bom-senso de ver se existem ou não indícios neste sentido. E quando o José Carlos foi interrogado pelo relator, ele mesmo disse que não tinha nenhuma testemunha e que

todos os fatos estavam ligados ao deputado João Alves". O deputado Roberto Magalhães lembra que todas as provas hoje existentes foram produzidas pela própria CPI, inclusive aquelas encontradas na casa do ex-diretor de orçamento. Ou seja, a CPI começou do zero, em termo de provas.

Defesa — O relator da CPI concorda em fornecer as cópias dos documentos requisitados pelo economista José Carlos Alves dos Santos na semana passada, para serem usadas na defesa dele no caso de assassinato de Ana Elisabeth Lofrano dos Santos. Através dos advogados, José Carlos pediu uma certidão de que entregou os dólares em seu poder e indicou a existência de duas contas no exterior. E cópias autenticadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, da agenda do deputado João Alves e das correspondências encaminhadas à comissão e encontradas no apartamento do deputado baiano, com assinatura falsificada de José Carlos. "Não vejo nenhum inconveniente em fornecer estes documentos, é um direito dele. Afinal de contas, com certeza, ele vai querer processar o deputado por isso. O demais documentos pedidos serão usados para a defesa dele em juízo".

Também na sessão de hoje, ou mais tardar na de amanhã, quando o quorum da Comissão deve ser maior, será tomada a decisão sobre a convocação dos governadores Edson Lobão (MA), João Alves (SE), e Joaquim Roriz (DF). Segundo o senador paraense, não houve recuo da CPI quanto à intenção de tomar os depoimentos destes governadores. "Não havia dúvidas suficientes que exigissem a presença dos governadores na comissão. Os três foram citados pela primeira vez pelo economista José Carlos Alves dos Santos, quando depôs na CPI.